

Área Temática: Sociología y Estudios de Género

Eje: “Género, subjetividades y ciudadanías”

Título de la ponencia: Uma política pública direcionada às mulheres brasileiras: a Rede Cegonha seria um (novo)maternismo?

Autoría: Ana Cristina Pimentel

(Instituto Fernandes Figueira - Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - Brasil)

Resumo

Este trabalho apresenta o resultado de parte da pesquisa realizada durante o mestrado em que foram estudadas controvérsias no processo de constituição de uma política pública federal brasileira voltada para a gestação, parto e nascimento, chamada Rede Cegonha. Esta iniciativa pública governamental foi instituída em junho de 2011 através de uma Portaria em que a definiria: "consiste numa rede de cuidados que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis" (Brasil, 2011).

O processo de constituição desta iniciativa governamental foi perpassado por divergências apresentadas por grupos feministas e, ao mesmo tempo, iluminou diferenças entre diferentes movimentos feministas. O cerne da questão apresentada pelos grupos que se opunham a política foi a afirmação de que a “Rede Cegonha” seria uma expressão da redução das políticas de saúde da mulher. Nesta acepção, a política estaria imersa em uma concepção materno-infantil e, logo, sinalizava um “retrocesso” do atual governo que reduzira a política reprodutiva apenas às mulheres que desejam ser mães (Lemes, 2011).

De outro lado, atores que contribuíram para a formulação da iniciativa governamental, dentre as quais estavam ativistas feministas, afirmaram que a política não apresentaria qualquer novidade em termos de concepção, mas abarcaria, isto sim, novidades sobre execução de uma política direcionada ao parto

e nascimento. Neste sentido, estaria contribuindo para a autonomia da mulher com relação ao modo de gestar e partir.

O estudo do processo de constituição desta iniciativa governamental, abordando suas controvérsias simetricamente, contribuiu, de um lado, para refletir sobre a reprodução na contemporaneidade, evidenciando, ao mesmo tempo, divergências sobre os discursos e práticas sobre reprodução e sobre a sexualidade.

De outro lado, também evidenciou o quanto noções e práticas consolidadas, muitas vezes, passam ao largo da discussão pública, mas, de igual maneira, regulamentam os corpos femininos. Neste sentido, destaca-se a evocação da autoridade do conhecimento biomédico na formulação de verdades na intervenção sobre o corpo e, neste caso, a reprodução e a sexualidade femininas. Os traços biológicos femininos são alvo constante de análise e produção de conhecimento.

A vivência da gestação é marcada por uma observação minuciosa que afirma um modo de vivê-la e, desse modo, constrói uma identidade de grávidas e mães. Desta aceção decorre uma outra afirmação, tal seja, o modelo heterossexual familiar, já que a gestação é tomada biologicamente.

Para esta iniciativa governamental, muito especificamente, a gestação é um dado inequívoco em que o objetivo é captar as mulheres precocemente e inseri-las no pré-natal. Reafirma-se a biologia através de novos dispositivos, mais minuciosos e difusos, com novas intervenções, o maternismo (ou a perspectiva materno-infantil) está evidenciado pela sua possibilidade e não pelo imperativo.

Assim, um misto de razões político-nacionais, científicas, sanitárias, morais e religiosas atuam no sentido de regular socialmente sexualidade e reprodução, constituindo sentidos, valores e ações sobre os corpos femininos e, de outro modo, organizando um modo social sobre o gestar e parir.